

*Anne de Rugy*, **Dimensão Económica e Demográfica das Migrações na Europa Multicultural**, Oeiras, Celta Editora, 2000, 63 páginas.

Este livrinho — na verdade, trata-se de um texto com a dimensão de um artigo — parte de uma constatação: o aumento recente da população estrangeira no conjunto dos países da União Europeia (à excepção da França) associado a um novo contexto de fluxos migratórios internacionais. A generalização da Europa comunitária como espaço de acolhimento, envolvendo mesmo os países do Sul tradicionalmente emissores de fluxos migratórios, como a Itália, a Espanha e Portugal, constitui o pano de fundo das análises que irão ser desenvolvidas ao longo do livro, primeiro, com o objectivo de contextualizar a emergência de uma nova geração de fluxos migratórios internacionais a partir de meados da década de 70 (introdução), depois, procurando avaliar os impactes demográficos e económicos, sobretudo, mas não exclusivamente, nos países de destino (capítulos 1 e 2) e, por último, comentando as políticas e os modelos europeus de integração económica e social dos imigrantes e dos seus filhos (capítulo 3).

As ideias apresentadas não podem ser consideradas inovadoras face à vasta bibliografia disponível sobre estas matérias. Mas, na realidade, o objectivo principal desta publicação é mais modesto: fornecer uma visão sintética e comparada das migrações internacionais no espaço

comunitário. Trata-se, pois, de uma obra de divulgação destinada a um público alargado, e não de um livro orientado para o mercado académico. Aliás, este texto corresponde a um dos sete títulos publicados no âmbito do projecto «Saber Viver numa Europa Multicultural», promovido pela Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas ao abrigo da iniciativa comunitária «Artigo 6.º», facto que indicia, desde logo, uma finalidade que não é prioritariamente académica. E, deste ponto de vista, é justo reconhecer que a autora, Anne de Rugy, atinge cabalmente os objectivos visados tanto pelas sínteses concisas e rigorosas que efectua como pela informação diversificada que disponibiliza num anexo quase tão extenso como o texto propriamente dito. Analisemos então, de forma breve, as ideias principais deste livro.

Na introdução caracterizam-se e contextualizam-se os novos fluxos imigratórios na Europa comunitária. Desde meados da década de 70 que se verificam alterações significativas no que se refere à amplitude, origem e natureza destes movimentos. A palavra «diversificação» traduz o essencial destas modificações: maior diversidade de países de origem, com relevo crescente para a Europa central e de Leste e para a Ásia; maior diversidade de destinos, inclusive no que diz respeito aos imigrantes provenientes de um mesmo país, que agora tendem a distribuir-se por um leque mais alargado de áreas de acolhimento, em vez das tradicionais relações privilegiadas com um destino

principal (países do Magrebe e França, Turquia e Alemanha, etc.); maior diversidade de motivos, dado que às migrações por razões económicas juntam-se agora outras, nomeadamente de natureza política e religiosa; maior diversidade de ocupações profissionais, etc. Interessante é, contudo, verificar que esta maior diversificação coexiste com a manutenção das tendências tradicionais. O fenómeno migratório complexifica-se, já que a emergência da nova geração de fluxos não implica o desaparecimento das formas típicas do pós-guerra. E, curiosamente, os movimentos migratórios intensificam-se, apesar de os países de destino da Europa comunitária revelarem hoje taxas de crescimento económico bem inferiores às desse período.

No capítulo 1 a autora avalia o impacte demográfico da imigração nos países de destino. Duas ideias principais destacam-se a este propósito. Em primeiro lugar, o facto de o saldo migratório positivo constituir o principal factor de crescimento demográfico: «Em 1980, por exemplo, cerca de três quartos da taxa de crescimento total da população na Europa ocidental devem-se à migração» (p. 8), o mesmo podendo dizer-se dos países da Europa do Sul a partir do início da década de 90. Em segundo lugar, as comunidades de imigrantes apresentam, em geral, taxas de fecundidade superiores aos nacionais, pelo que contribuem para o aumento da taxa de crescimento natural. No entanto, essa diferença tende a esbater-se com o tempo, em

torno de valores baixos para ambos os grupos. Compreende-se, assim, a situação classificada pela autora como a actual particularidade europeia em termos demográficos: «uma taxa de crescimento total da população pouco significativa, mas em grande parte determinada pelo saldo migratório» (p. 8). Os movimentos de imigração representam, por isso, um factor significativo de diminuição do envelhecimento demográfico da Europa mais desenvolvida.

O capítulo 2 refere-se aos impactes económicos da imigração. No que toca aos países de destino, são salientados cinco aspectos principais:

- O impacte da imigração sobre o emprego e os salários, embora de difícil determinação, parece ser muito pequeno: «Mesmo em períodos de desemprego e de abrandamento do crescimento, é reduzida a concorrência entre migrantes e cidadãos nacionais ou estrangeiros já estabelecidos no mercado de trabalho. Este facto explica-se pela segmentação do mercado de trabalho e pelo papel específico desempenhado pela mão-de-obra estrangeira no sistema de produção» (p. 15). No debate actual, bem aceso, sobre a natureza concorrencial ou complementar da presença de estrangeiros e nacionais no mercado de trabalho, a autora toma claramente partido pela segunda tese;
- O impacte da imigração sobre o crescimento económico é

considerado imprevisível, já que os baixos salários pagos à mão-de-obra imigrada, maioritariamente desqualificada, tanto podem conduzir ao adiamento da modernização tecnológica, estimulando a sobrevivência de actividades intensivas em trabalho, como podem promover a obtenção de maiores lucros por parte dos empresários e de maiores poupanças por parte dos imigrantes, com efeitos positivos sobre o investimento e o consumo. A autora rejeita, de forma muito clara, a possibilidade de se estabelecerem relações de causalidade simples e directas entre imigração e crescimento económico;

- O impacto da imigração em sectores onde se verifica uma forte presença de mão-de-obra estrangeira pode ser significativo. Em domínios como a construção civil, comércio/restaurantes/hotelaria e serviços não administrativos, como os serviços domésticos, a concentração elevada de força de trabalho imigrante traduz-se pela existência de situações de inegável dependência sectorial;
- Não existe qualquer relação estatística entre a intensidade da presença de trabalhadores estrangeiros e o valor das taxas de desemprego, estando estas últimas dependentes sobretudo das particularidades de cada país do ponto de vista

demográfico, económico, do mercado de trabalho e do tipo de políticas públicas desenvolvidas. Pelo contrário, as análises disponíveis confirmam que os imigrantes são, em geral, mais afectados do que os nacionais pelo desemprego, embora a importância relativa das razões que justificam essa situação (umas associadas à maior vulnerabilidade individual e às condições inferiores de empregabilidade por parte dos imigrantes, outras decorrentes de práticas de discriminação social e cultural por parte dos nacionais) possam variar consideravelmente conforme o país de acolhimento;

- Também não parece haver uma relação directa entre o volume de imigração ilegal e o peso da economia subterrânea ou informal. Opondo-se aos que defendem que a entrada de imigrantes ilegais contribui para a expansão deste tipo de economia, a autora sustenta a tese segundo a qual os clandestinos constituem um dos segmentos, conjuntamente com outros, como jovens, domésticas, desempregados ou estudantes, mais facilmente mobilizáveis por estratégias de flexibilização produtiva que procuram, com um mínimo de custos, dar resposta eficiente a descontinuidades originadas por oscilações sazonais (agricultura, turismo) ou variações

irregulares (construção civil, confecções, etc.) da procura. Para Anne de Rugy, são as estratégias de flexibilização da produção assentes no recurso a formas de trabalho atípicas (emprego temporário, emprego a tempo parcial, estágios, emprego subsidiado, etc.), e não a presença de imigrantes clandestinos, que promovem a expansão da economia subterrânea ou informal. Por outras palavras, os imigrantes ilegais fazem parte da resposta, não da causa.

O impacte económico da imigração nos países de origem é também abordado, embora de forma bem mais sucinta. Ainda assim, é salientado o papel positivo que a transferência de rendimentos do mais diverso tipo pode ter tanto ao nível microeconómico (família, aldeia, comunidade), ao contribuir para aumentar o nível de vida, animar a procura local e multiplicar as pequenas iniciativas económicas e de desenvolvimento, como ao nível macroeconómico, dada a importância da entrada de divisas para financiar o défice comercial e para negociar a concessão de empréstimos internacionais.

Finalmente, no capítulo 3 são colocadas em confronto duas visões opostas de integração económica e social dos imigrantes por parte dos países de acolhimento: o modelo da rotatividade, que privilegia os contratos de trabalho de carácter temporário

como forma de dificultar o acesso à nacionalidade do país de destino, procurando, assim, maximizar o ajustamento entre as necessidades do mercado de trabalho e a presença de estrangeiros; as políticas de integração de longo prazo, visando não só os actuais imigrantes, mas também os seus descendentes. A autora defende que a primeira visão tende hoje, nos países da União Europeia, a ser substituída pela segunda, pelo que refere com algum pormenor as principais modalidades nacionais das políticas de integração de longo prazo (modelo universalista francês, modelo comunitário inglês, modelo culturalista alemão). Independentemente do modelo adoptado, verifica-se uma tendência geral para uma crescente assimilação das comunidades imigrantes pelas sociedades de acolhimento. É esta constatação que leva Anne de Rugy a defender (um pouco apressadamente?) que os aspectos mais críticos da integração dessas comunidades serão cada vez menos um problema de nacionalidade e mais uma questão de desvantagem social. Assim sendo, são apresentados exemplos de políticas de integração económica (inserção no mercado de trabalho) e social (políticas de escolarização, de habitação, urbanas, etc.) que, envolvendo actores de nível local, regional e nacional, possam contribuir para aumentar a equidade de oportunidades para as populações imigradas.

Trata-se, no seu conjunto, de um texto didáctico, de leitura agradável e

que resume de forma correcta muitos dos aspectos hoje em jogo no domínio das migrações na «Europa multicultural», para parafrasear o título da publicação. Sendo uma obra de divulgação, o registo de apresentação parece adequado. No entanto, não pode passar despercebida a ausência de uma visão europeia que ultrapasse o somatório das realidades nacionais que a compõem. Ora o âmbito das sínteses apresentadas e o contexto em que esta publicação foi preparada (um projecto com financiamento europeu) não deixam de sugerir a necessidade de opções políticas e instrumentos de intervenção de natureza comunitária. Sobre este aspecto, a autora nada nos diz. Ganha, portanto, a visão europeia comparada, perde a perspectiva integrada do tão invocado projecto europeu.

JOÃO FERRÃO

*Philip D. Curtin, Disease and Empire. The Health of European Troops in the Conquest of Africa*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, 256 páginas, ilustrações.

Philip Curtin é um dos mais prestigiados historiadores anglo-saxónicos, responsável por uma obra extensa e importante que, nalguns casos, abriu verdadeiras avenidas à investigação posterior. Foi, nomea-

damente, o que sucedeu com o seu trabalho pioneiro de quantificação do tráfico transatlântico de escravos, trabalho que desencadeou acesa polémica e inspirou dezenas e dezenas de estudos similares, numa verdadeira onda métrica que só recentemente se esbateu<sup>1</sup>.

Uma outra área onde Curtin foi pioneiro é a da história da medicina tropical, um campo verdadeiramente central para quem deseje compreender as vicissitudes da penetração europeia em África. Já na década de 1960 Curtin tinha dedicado três capítulos do seu magnífico *The Image of Africa* ao problema da doença tropical na relação dos europeus com o continente africano<sup>2</sup>. Depois disso, aqui e ali, foi voltando ao assunto em artigos e novos livros, ampliando o âmbito geográfico e cronológico da análise<sup>3</sup>. *Disease and Empire*, a sua obra mais recente e que aqui se recenseia, insere-se precisamente nesse esforço de alargamento da análise das problemáticas da medicina tropical. Trata-se de um estudo que incide sobre o período que vai da

<sup>1</sup> Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade: a Census*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1969.

<sup>2</sup> Id., *The Image of Africa. British Ideas and Action, 1780-1850*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1964.

<sup>3</sup> V., em particular, id., «Epidemiology and the slave trade», in *Congrès international des africanistes*, Paris, Présence Africaine, 1972, pp. 87-114, e *Death by Migration. Europe's Encounter with the Tropical World in the Nineteenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, Cambridge, 1989.